

SOCIABILIDADE E REFORMA AGRÁRIA: UMA QUESTÃO EM DEBATE

Thauana Paiva de Souza Gomes¹
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante²

I-Esclarecimentos sobre o tema pesquisado

Este artigo é ocorrência de um ciclo de estudos do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural³, que vem desenvolvendo há 20 anos suas pesquisas nos assentamentos de Reforma Agrária na região de Araraquara. Nas reuniões do grupo pudemos discutir problemas concernentes aos assentamentos rurais sob inúmeros enfoques, dados à formação multidisciplinar do grupo.

Esta multiplicidade de óticas tem nos ajudado a deixar o preconceito de lado e enriquecer nossa compreensão a respeito da importância da terra e da luta daqueles que desejam nela permanecer. Identificamos ainda a riqueza de detalhes trazida pelas preciosas anotações de nossos diários de campo.

Através destes diários vem sendo possível descobrir e redescobrir situações cotidianas que muitas vezes, nos pareceram ultrapassadas ou esquecidas, situações estas que nos fazem pensar a respeito das pequenas coisas que envolvem a vida em família, a natureza e a relação com o outro.

Nos trabalhos de campo, nossas anotações foram sendo preenchidas com conversas agradáveis, com cafezinhos ou pedidos para companhia na hora do almoço que passaram a direcionar nossa abordagem sobre os principais problemas destes assentamentos, e nos fazer prestar atenção no descaso por parte do poder público e agentes ligados à estrutura latifundiária da terra. Esta

¹ Graduada em Ciências Sociais na Unesp/Araraquara e pesquisadora do grupo Nupedor.

² Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA.

³ O núcleo de pesquisa é vinculado ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA e o Programa de Pós Graduação em Ciências da Educação da UNESP-CAR. Contamos ainda com o financiamento do CNPq para desenvolver o projeto "Poder Local e Assentamentos Rurais expressões de conflito, acomodação e resistência" no qual cada integrante do grupo desenvolve um eixo temático.

trajetória vem nos permitindo aprofundar os caminhos metodológicos de acompanhamento dos assentamentos e conhecer as relações do dia a dia destes espaços.

A partir da experiência no grupo ressuscitou o interesse para entender os anseios dos assentados em relação à vida cotidiana, no sentido mais restrito da palavra, ou seja, como as relações de sociabilidade vêm acontecendo nos espaços comunitários, religiosos, de lazer, dado que tais experiências se realizam cercadas por projetos agroindustriais o que pode, sem dúvidas, provocar interferências nas relações de conflito e de solidariedade nos assentamentos. Vale lembrar que os projetos agroindustriais de que falamos estão ligados a grandes empresas agrícolas que se instalaram no interior paulista, e têm como destaque à produção de cana e suco de laranja.

Este trabalho não tem a pretensão de apresentar algo inédito no histórico de pesquisa com assentamentos rurais, mas, mostrar que após 21 anos de experiências de Projetos de Assentamentos- “P.A.s” na região de Araraquara, os conflitos em torno da terra ganharam outras dimensões, e pouco foi feito em relação à sociabilidade nos espaços comunitários. Procuraremos desta forma, discorrer sobre este tema, colocando as experiências compartilhadas com os assentados, bem como suas opiniões, reivindicações e exigências junto ao poder público. Pretende-se ainda, destacar os espaços comunitários, para entender se os mesmos guardam alguma especificidade face às expectativas urbanas, como um dos eixos do presente artigo.

II-A sociabilidade: fragmentos do debate teórico

Para analisar as relações de sociabilidade entre os assentados é preciso, antes de tudo, pontuar as condições que nos fizeram procurar respostas a partir deste referencial e não de outros. O sociólogo Durkheim, em suas obras, já sinalizava que o homem é um ser essencialmente social. Na sua tese de doutorado “Da divisão do trabalho social”, o tema central discutido é a relação entre o ser e a coletividade. Para entender como o ser se constitui em sociedade, o autor discute duas formas de solidariedade. Para ele a solidariedade é analisada como forma de entendimento dos acontecimentos sociais, ou seja, dos fatos sociais⁴.

Segundo o autor citado, a identidade entre membros de uma mesma coletividade provoca uma solidariedade por semelhança, pois reconhecem algo

⁴ Para Durkheim fato social é “a exterioridade em relação às consciências individuais. Ou ainda a ação coercitiva que exerce ou suscetível de exercer sobre estas mesmas consciências” (1973 p.98).

em comum no outro. Assim ao aduzir que membros de uma mesma coletividade se assemelham porque tem os mesmos sentimentos, os mesmos valores, reconhecem os mesmos objetos como sagrados, ele reafirma esta identidade entre os membros (DURKHEIM, 1983).

Isto significa que a partir desta identidade podem ser constatados na sociedade dois tipos de solidariedades, a orgânica e a mecânica. Para as sociedades nas qual a solidariedade mecânica é dominante, a origem individual se estabelece no grupo, ou seja, a consciência coletiva abrange a maior parte da existência individual, sendo que, quanto maior a consciência coletiva, maior será a indignação contra a violação do imperativo social (DURKHEIM, 1983). Ou seja, os membros se sentem obrigatoriamente envolvidos entre si e violar a ordem social, econômica ou política estabelecida seria o mesmo que se colocar contra o grupo. Podemos perceber esta questão na fala de um assentado entrevistado: “na cidade isto não acontece, quando a gente veio para cá estranhamos porque aqui não tem isso, lá é cada um por si, aqui a gente apesar de todos os problemas se ajuda” (Caderno de campo 28/03/06)⁵.

É importante destacar ainda, que nos assentamentos há sinais de mudança desta solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica. Melhor explicado inicialmente, o assentamento tinha como proposto uma gestão coletiva que envolvesse todo o grupo, depois foi se fragmentando por razões várias, desde a pouca tradição deste local até as diferenças na relação com o modo de vida, que foram dando lugar à individualização do grupo.

Por outro lado, na solidariedade orgânica existe uma diferenciação dos indivíduos, ou seja, a diferenciação acontece no sentido de que cada um dos indivíduos possui uma função própria, uma individualização, o que significa cada participante desta sociedade passa a ter uma vida própria independente das razões, dos sentidos e dos preceitos coletivos. Neste caso, existe uma redução da esfera da existência que cobre a consciência coletiva ocorrendo um enfraquecimento das relações que envolvem a violação do imperativo social.

Esta diferenciação entre as duas solidariedades acontece quando ocorre um desenvolvimento avançado na divisão do trabalho social. Assim a solidariedade mecânica passa a dar lugar à solidariedade orgânica. A partir do entendimento destes dois tipos de solidariedade, Émile Durkheim mostra como a consciência coletiva só existe em virtude dos sentimentos e crenças presentes nas consciências individuais. Ou melhor, a consciência coletiva é o conjunto de crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma sociedade (DURKHEIM,

⁵ Todas as referências aos cadernos de campo, feitas neste artigo, das falas de assentados serão colocadas através de pseudônimos para preservar a identidade dos entrevistados.

1983). E a consciência coletiva somente tem sentido na sociedade, que é o estar com o outro através de vínculos e impulsos ou de propósitos ligados aos conteúdos e interesses materiais ou individuais de cada um.

Na realidade dos assentamentos podemos perceber a importância deste vínculo nas festas juninas em que desde a preparação das mesmas até o dia da festa é período de pura troca de sentimentos individuais e conteúdos materiais com todo grupo o que permite aflorar a satisfação coletiva

Para discutir este vínculo e a satisfação que este processo oferece aos participantes, Simmel reconhece este fenômeno como sendo a sociabilidade. Para ele a sociabilidade é exatamente o conjunto no qual as associações entre os membros proporcionam um sentimento de bem estar, que não pode ser individual, mas coletivo, tendo como objetivo dar aos outros e receber deles prazer (SIMMEL, 1997).

Podemos relacionar este sentido de satisfação com a necessidade percebida nos assentamentos de troca e reciprocidade, no que diz respeito às relações íntimas entre os participantes da sociedade, seja entre vizinhos ou mesmo entre parentes que trocam favores. A troca de favores se faz pelas necessidades materiais e simbólicas que caracterizam o próprio grupo social; dar um alimento ao vizinho é ao mesmo tempo reciprocidade e garantia de doação no futuro, em sentido mais amplo, significa esperar a retribuição pelo ato solidário.

A questão de reciprocidade de dar, receber e retribuir é, para o antropólogo Marcel Mauss, um sistema de direitos pelos quais se cria um regime social e todas as coisas trocadas são transmissão de entrega, tudo se passa como se houvesse uma troca constante de uma matéria espiritual compreendendo coisas e homens, entre grupos e os indivíduos, repartidos entre as classes, os sexos e as gerações (MAUSS, 1990).

Nos assentamentos, as formas de trocas estão neste sistema social, os quais influenciam, por condições simbólicas e materiais, a própria permanência dos indivíduos nos projetos de Reforma Agrária. A sociabilidade neste local parece conter características únicas que somente têm contexto se os indivíduos estiverem ligados de alguma forma entre si. E que tem suas características específicas em cada assentamento.

Para entender e analisar o cotidiano neste ambiente rural achamos essencial buscarmos a trajetória histórica dos assentamentos, já que para compreender as reivindicações dos moradores em relação à sociabilidade é preciso entender os recentes acontecimentos ligados ao passado destes processos sociais.

III-Histórico do Assentamento Bela Vista do Chibarro.



Foto I – Menino jogando água na rua da agrovila do assentamento Bela Vista.

Estamos em uma área nacionalmente conhecida como região de alto dinamismo do agronegócio, encontrando empresas produtoras de álcool e suco de laranja. Trata-se, portanto, da região de Araraquara, que se encontra em um ponto estratégico no estado de São Paulo, cortada por inúmeras rodovias e estradas de ferro, como sugerida no mapa 1. Sendo ainda uma cidade que comporta a maior empresa exportadora de suco brasileiro e as áreas com maior concentração de plantação de cana do país. Uma área determinada pela mídia nacional como Califórnia Brasileira, título que rendeu inúmeros problemas para a região. Como nos lembra Ferrante:

“essas duas atividades, juntas, dão o tônus do desenvolvimento econômico regional e formam o pilar de sustentação desta ‘Califórnia Brasileira’, título que só envaidece os privilegiados moradores desse rico interior paulista” (2005, p.5).



Mapa 1-localização de Araraquara no Estado de São Paulo.

Contrastando com este tnus de riqueza, notou-se a intensificação da exploração de mão-de-obra rural, categoria esta pouco lembrada, pela mdia nacional, que foi alvo de violência e exploração na região citada. O assentamento no qual pesquisamos, teve uma trajetória marcada por alguns períodos determinados que trataremos a seguir.

A região em que se encontra o Bela Vista  a que está no Mapa 2 na região norte - Araraquara. Sua história se inicia nas antigas terras da Usina Tamoio. Em 1905, as terras pertenciam  família Morganti e contemplavam as áreas da Usina Tamoio constituída por uma sede industrial e pelas seguintes seções: Santa Elza, Salto, Mantuana, Jacaré, Morro Azul, Serra D'gua, Bela Vista, Aparecida e Andes, num total de 5.046.795 alqueires. Após este período precisamente abril de 1969, as terras e a usina foram vendidas para o grupo Silva Gordo, quando inicia-se e o processo de decadncia⁶.



Mapa 2 – Regiões com Assentamentos no Estado de São Paulo.

⁶ Para saber mais sobre a histórico da fazenda Tamoio ver: STETTER, E. A . “ A cana nos assentamentos rurais: presença indigesta ou personagem convidada?” Dissertação.FCL Unesp de Araraquara, 2000. E CIRES, A.C.R. “O assentamento Bela Vista em outros tempos:Usina Tamoio- vida, trabalho e lutas”. Dissertação FCL Unesp de Araraquara, 1993.

No entanto, desde a década de 60 com a fundação dos primeiros Sindicatos dos Trabalhadores Rurais começava uma trajetória de lutas por melhores condições de trabalho na região. Mas somente em 1982, com a mobilização dos trabalhadores da usina Tamoio que se passou a discutir, de fato, a possibilidade de Reforma Agrária nestas terras. Como nos lembra Caires: “acirrada a crise nos anos seguintes, em 1982, após um longo processo de lutas dos trabalhadores e moradores que ainda continuavam em seu território, teve suas atividades totalmente paralisadas” (1993, p.5).

Estes empregados rurais junto ao Sindicato, a partir da paralisação das atividades da usina Tamoio, passaram a mobilizar-se para que as terras fossem distribuídas como restituição das dívidas trabalhistas, ou seja, “o assentamento Bela Vista do Chibarro foi constituído graças á luta do Sindicato de Trabalhadores Rurais que, após a falência da Usina Tamoio, exigiu como ressarcimento das dívidas trabalhistas a desapropriação das terras” (GOMES, 2005, p.4). Ressalta-se, entretanto que este processo não foi conduzido apenas por ex-trabalhadores da Usina Tamoio, ocorrendo a participação de outros trabalhadores oriundos de outras localidades.

Atualmente o assentamento Bela Vista do Chibarro possui em torno de 176 lotes com famílias assentadas, número que aumentou devido à agregação de famílias às já existentes, a casamentos entre assentados e a chegada de outras pessoas para estas áreas. O assentamento Monte Alegre possui um contexto econômico e político parecido com o assentamento Bela Vista, porém com características específicas da luta dos trabalhadores rurais com o governo do Estado.

VI-A Fazenda Monte Alegre torna-se terra de Reforma Agrária.



**Foto I. Mãe e filho na produção de doces.
assentamento Monte Alegre.**



Foto II. Família do

O primeiro assentamento ou núcleo a ser constituído na fazenda Monte Alegre ocorreu em 1985, nas terras de propriedade da Ferrovia Paulista S/A (FEPASA) que era administrada pela Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora (CAIC). Junto com o Sindicato, os trabalhadores rurais encabeçaram uma ocupação da fazenda, mesmo com o despejo previsto. A pressão surtiu efeito e, após semanas de ocupação, parte das terras foram cedidas para os sem-terra, destinadas a 32 famílias.

Nesta data, ainda outro grupo de trabalhadores rurais ocupava o Horto Guarani. Sofrendo despejo violento por parte da polícia, o mesmo grupo se instalou na rodovia de Pradópolis-Jaboticabal, como forma de pressionar o governo do Estado para liberar as terras. A liberação de mais uma área na Fazenda Monte Alegre não tardou e estas famílias que estavam acampadas na rodovia, previamente cadastradas pelo sindicato, foram dirigidas para o recém formado núcleo II.

No assentamento III a ocupação deveria ser feita pelas famílias que já possuísem cadastro na Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários (SEAF). No entanto, muitas se viram impossibilitadas. Pois um grupo de famílias oriundas de Guariba ocuparam as terras primeiro. Esse problema foi resolvido com a transferência das famílias de Guariba para outra área da fazenda e pela ocupação do núcleo III pelas pessoas cadastradas.

Já o núcleo IV foi constituído com as 62 famílias vindas de Guariba, que haviam se instalado no Núcleo III e foram redirecionadas para esta área por orientação do Sindicato de Trabalhadores Rurais.

O núcleo V foi cedido apenas em 1991 depois de muita pressão e luta de um grupo que já estava acampado no interior desta fazenda desde 1988 (contemplando 32 famílias).

Após um período de seis anos, a fazenda voltou a ser invadida por 250 famílias que ocuparam uma sexta parte da área das terras que antes eram da FEPASA. Depois de algumas negociações dos trabalhadores rurais com o governo do Estado, 179 famílias foram deslocadas e assentadas para os núcleos já existentes.

Não terminado o loteamento dos núcleos, mais 8 famílias ocuparam uma área de 94 ha localizada na área onde se tornaria o núcleo VI. Esta área, no entanto, estava cedida a um consórcio intermunicipal de 9 prefeituras, entre elas a de Araraquara, Matão, Motuca, destinada ao plantio de soja para produção de leite usado na merenda escolar destas cidades. Mas o consórcio foi suspenso apenas em 1999 e as terras foram devolvidas ao governo do Estado somente em 2002. Finalmente, em outubro deste mesmo ano, as famílias ocupantes foram assentadas.

Atualmente, a Fazenda Monte Alegre possui em torno de 358 famílias, algumas deixaram os lotes, outras se estabeleceram. Outras, ainda, instalaram-se nas agrovilas com a esperança de conseguir um lote, número que passa a ser difícil computar já que muitos lotes vendidos ainda estão com o cadastro daquelas pessoas que deixaram o assentamento. Vale lembrar, igualmente, que este número de famílias aumentou por agregação de parentes às famílias assentadas, como filhos, tios, cunhados dentre outros.

Este ano o grupo está fazendo uma nova avaliação destes assentados, através de um questionário que avalia os rumos da experiência da Reforma Agrária na região araquarense. Com base, portanto, nestes estudos e nos anos de pesquisa do Nupedor, levantaremos questões ainda não respondidas pelo poder público aos assentados, seus questionamentos e exigências não contempladas após 21 anos de Projetos de Assentamentos. Para isso, faremos uma análise das respostas sobre sociabilidade e as reivindicações para melhora dos espaços comunitários.

V - Sobre os espaços comunitários de sociabilidade no assentamento

A proposta de analisar os espaços de sociabilidade veio por uma própria demanda percebida nos assentamentos. A cada ida a campo, as informações colhidas nos indicavam o caminho a ser percorrido neste artigo. No período de seis meses fizemos um trabalho exaustivo de mapear e atualizar nos assentamentos Bela Vista e Monte Alegre, através de questionários, o perfil dos assentados. Este trabalho foi importante, pois nos mostrou quem devíamos procurar e a demanda de estudos sobre alguns aspectos. No quadro 1 podemos observar o número de famílias de cada núcleo e o domínio das terras de cada assentamento.

Quadro 1 – número total de famílias nos assentamentos Monte Alegre e Bela Vista.

Projeto de Assentamento	Município	Início	Nº de Famílias	Domínio da Terra
Bela Vista do Chibarro	Araraquara	dez/89	176	Federal
Monte Alegre 1	Motuca	mai/85	49	Estadual
Monte Alegre 2	Motuca	out/85	62	Estadual
Monte Alegre 3	Araraquara	ago/86	76	Estadual
Monte Alegre 4	Motuca	ago/86	49	Estadual
Monte Alegre 5	Motuca	out/91	34	Estadual
Monte Alegre 6	Araraquara	mai/97	88	Estadual
7 Assentamentos			534 Famílias	

Quadro 2 - O que poderia ser melhorado em relação à sociabilidade.

O que poderia melhorar neste sentido?	Construção de praça	Baile no Clube	Espaços de lazer comunitário	Igreja	Não soube responder	Espor te	Total
Bela Vista	0	6	5	0	2	0	13
Monte Alegre	5	8	12	1	9	4	38

De acordo com o quadro-2, podemos perceber que poucos assentados entrevistados não tiveram um posicionamento em relação à sociabilidade, ao reivindicar algum espaço comunitário ou de lazer.

Quadro 3 -Festas que toda a comunidade participa.

Existem festa que toda comunidade participa no assentamento?	SIM	NÃO	TOTAL
Bela Vista	4	9	13
Monte Alegre	22	16	38
Total de questionários	26	25	50

No terceiro quadro podemos destacar, sobretudo no assentamento Bela Vista que grande parte dos entrevistados diz não ter uma festa ou data que toda comunidade participe. Ou ainda fazem referência de festas que aconteciam e que não ocorrem mais. Segundos os entrevistados a não ocorrência da festa se deve à divisão de opiniões no assentamento, o que causou uma quebra na continuidade, ou mesmo na realização de comemorações coletivas. Isso nos mostra que os assentados sentem falta de lugares onde os mesmos possam trocar experiências da vida cotidiana. Sabemos que estes espaços são de vital importância para a união de grupo mesmo que no momento do futebol, no momento da festa ou em um encontro na praça, já que tudo isso faz parte da socialização entre homens. Existe uma busca constante da sensação de pertencimento ao grupo que componha os mesmos sentimentos, os mesmos ideais e crenças. Logo, isso explica a busca pelos assentados, por estes espaços de troca simbólica.

Muitos assentados justificaram a falta de união pelo o início dos consórcios com a agroindústria, questão que se tornou alvo de pontos de vistas diferentes entre os debates acadêmicos e mais do que isso criou divisões no

próprio grupo. No entanto, procuraremos enfatizar que as questões que envolvem os consórcios se põem na contramão da construção de identidades, por estimularem práticas individuais livres.

VI - Primeiro cenário: o início dos consórcios.



Foto III-assentados trabalhando na terra.



Foto IV- Plantação de cana no Monte Alegre

Falar da inserção da cana nos projetos de assentamentos rurais requer certo cuidado, já que acreditamos que de certa forma a cana trouxe uma inserção social de assentados que se viam impossibilitados de permanecer na terra, sendo que não podem contar com financiamentos e capitais para investir na terra. Em uma das visitas ao Bela Vista, o assentado João enfatiza isto com muita clareza:

“eu acho que deve continuar o plantio de cana, porque se não houver o plantio não haverá nova geração de pessoas para focar no assentamento, pois a cana está dando a possibilidade das pessoas permanecerem nos lotes. Acho que se a cana continuar, a tendência é de melhorar, hoje eu tenho uma renda... se não tem uma política de Reforma Agrária decente, nunca haverá um projeto de Reforma Agrária de verdade” (Caderno de campo, 20/5/06).

Mas, por outro lado, devemos enfatizar que esta inserção pensada a longo prazo traz problemas, como o desgaste do solo e diminuição da produtividade da própria cana por hectare. Vale lembrar que esta discussão começou por volta de dez anos atrás e que ainda hoje perpassa o espaço da Reforma Agrária.

No início, a idéia de um consórcio entre os assentados e a Usina foi muito questionada pelos problemas que a mesma poderia trazer para o assentamento. No entanto, tinha-se uma idéia de que possivelmente poderia funcionar como uma estratégia de permanência dos assentados na terra, como nos lembra Ferrante: “a perspectiva da agroindústria conviver com espaços diversificados de produção/reprodução social e especialmente, o significado da cana como possível estratégia de permanência na terra” (2004, p.136), foi

um dos lados levantado por aqueles que discutiam estes consórcios. A autora ainda destaca:

“para os pesquisadores que investem em outra abordagem, insistindo na importância de se acompanhar o movimento dos assentamentos, em suas diferenciações, não unicamente pela lógica de integração e de inserção no mercado capitalista, o consórcio tem que ser compreendido como parte das mediações complexas que envolvem assentamentos, poder local, inserção regional, mediações que têm que ser pensadas da perspectiva das relações políticas e sociais, não unicamente por uma determinação econômica” (FERRANTE, 2004, p.136).

Em 1992, o prefeito de Motuca propõe um consórcio entre a usina e os assentados em forma de arrendamento, que engordaria a renda do assentado. Entretanto, os próprios assentados se viram em uma condição parecida com a de bóias-frias, realidade à qual eles mesmos haviam fugido. Esta condição de assalariado representaria uma perda da liberdade e autonomia que tanto valorizavam e, por este motivo, em meio a muitas críticas do sindicato e dos próprios trabalhadores, o consórcio não se efetivou. Passados três anos, em 1995, a usina retorna ao assentamento Monte Alegre com uma nova proposta de consórcio. O sindicato coloca uma contra proposta à usina caso houvesse viabilidade da parceria. O projeto propunha o seguinte:

“que uma cooperativa, sob supervisão do DAF teria poder e livre negociação com empresas do setor sucro-alcóoleiro...utilização máxima de 50% do lote agrícola de cada participante, responsabilidade da usina para os serviços de mecanização, preparo e solo, calagem, adubação e sulcamento, operações de plantio feitas pelos trabalhadores com utilização de mão-de-obra familiar, serviços, carregamento e transporte contratados pela cooperativa” (FERRANTE, 2004, 138).

Com o passar do tempo, a quantidade de famílias interessadas no plantio de cana cresce, mas também começam a aparecer os primeiros problemas relacionados à falta de organização dos assentados em cooperativas e trabalho coletivo.

Neste período, as propostas de cultivo independentes de grandes empresas agrícolas ou de programas agrários tornaram-se inviáveis. E os assentados viram-se impossibilitados de caminhar com os próprios pés, pois faltava-lhes o financiamento, o apoio técnico e o incentivo por parte das políticas públicas do Estado. Isto resultou num quadro bastante comum de desencantamento e abandono da Reforma Agrária.

No ano de 1997, a usina volta à cena e passa a receber um grande número de adeptos. Muitos assentados impossibilitados de permanecer nos lotes somente com o pomar ou a criação sentem-se seduzidos pela possibilidade de ter uma casa reformada ou um carro na garagem. Possibilidade esta que é oferecida pela cana.

Vale lembrar que muitos acusaram os assentados que aderiam à plantação de cana como traidores da Reforma Agrária. No entanto, percebemos que esta compreensão está carregada de preconceitos, pois leva em conta uma análise econômica simples, de lucratividade. É preciso ir além desta visão pragmática e buscar outras conseqüências, não só as econômicas.

A idéia de plantar cana está muito mais ligada à possibilidade do assentado se fixar na terra e garantir o sustento de sua família, do que buscar ascensão social. O trabalho na terra deve ser percebido e reconhecido subjetivamente pelo próprio indivíduo, mesmo que em forma material, como na melhora da casa ou na compra de um carro.

Para estas pessoas que plantam cana, a nova morada significa um avanço nas condições sociais, sem, no entanto, deixar de lembrar o tempo árduo do trabalho no acampamento e no ranquinho que fizeram parte da constituição dos assentados na terra. Morais destaca isto muito bem:

“Ele representa o berço, no qual, estes homens e mulheres puderam vir ao mundo, de uma outra forma, que não aquela da miséria e exclusão social. Há também aqueles que ainda residem nele... Ranquinho e oca são símbolos do processo de (re)enraizamento”(MORAIS, 2006, p.311).

Mas por outro lado, temos as condições impostas pela usina, que permeiam a vida nos assentamentos, causando muitas vezes uma quebra da identidade coletiva⁷ e da sociabilidade entre os grupos do local.

VII-O contraponto entre a sociabilidade e os projetos de monocultura

Quando partimos da idéia de que a cana possibilitou uma renda maior aos assinantes do consórcio com a usina, pudemos observar dois lados de uma mesma moeda. Para aqueles que plantam cana ela possibilitou uma estratégia para permanecer na terra. Já para os que não plantam cana, o consórcio desde

⁷ Para Pollak identidade coletiva são “todos os investimentos que um grupo faz ao longo do tempo, todo trabalho necessário para dar a cada membro do grupo, o sentimento de unidade, de continuidade e de consciência” (1992, p.207).

que entrou no assentamento trouxe problemas generalizados. Entre os mais comuns, a desunião é o mais citado nas falas dos assentados. Em anotações de diário do núcleo I, onde existe a maior quantidade de lotes com cana, Dona Josefa e Dona Maria enfatizam esta questão:

“eu sofri muito para conseguir um pedacinho de terra, e entregá de mão beijada para a usina não tem graça... desde que ela entrou aqui todo mundo se desuniu” (fala de Josefa-anotações de diário de campo do dia 11/03/06).

“É difícil pensar no futuro daqui...depende muito se as pessoas não se unirem ...e se “dão” valor para aquilo que lutou. Se tanta gente continuar a vir para cá e se mudar sem dar valor, o assentamento vai acabar “(fala de Maria-caderno e campo do dia 3/03/06).

Podemos identificar na fala destas assentadas certo desencantamento em relação à vida no assentamento. Neste sentido é destacada a quebra de sociabilidade como resultado da entrada da cana no assentamento. Em uma anotação de diário de campo podemos perceber ainda que as trocas entre vizinhos diminuíram por conta dos desencontros entre os assentados. O entrevistado João coloca a questão da cana como fator de desunião e isolamento entre os assentados que não plantam cana:

“Em relação a trocas entre os vizinhos disse que isso ajuda muito, mas que agora o povo está sem união por causa da cana, para eles que trabalham com a lavoura diversificada, falta gente, e aí as famílias tem que se juntar para ver o que podem fazer: “eu sai de um lugar que plantava cana e sofri, agora eu vou voltar a plantar cana?” (diário de campo do dia 28/04/06).

O fator determinante aqui não são as condições econômicas que a cana traz como benefício, mesmo porque quando analisamos as condições econômicas das duas famílias representadas nas falas destas duas mulheres, nos parece que a dificuldade financeira é parte integrante de suas vidas. Mas, quando procuramos outras formas de análise percebemos que a realidade é menos pesada do que nos pareceu à primeira vista. Melhor explicado, no lote da Maria, a quantidade de frutas, hortaliças e criação são extremamente diversificadas e a sua dependência ao mercado industrial é baixíssima. O trezentos real que ganha com a aposentadoria é destinado para compra de sal para o gado e para as eventuais necessidades, por este motivo nada do que precisa lhe falta.

Quando observada a relação das famílias plantadoras de cana com o mercado industrial percebemos uma realidade diferente. O assentado tem uma renda maior, no entanto, sua dependência ao mercado se torna cada vez maior,

uma vez que a diversificação deu lugar à monocultura, e por este fato, dependem mais de produtos comprados fora do assentamento.

É importante destacar ainda que a relação destes consorciados com a terra torna-se mais mercadológica. Ou seja, tudo que é dado na terra deve produzir uma rentabilidade econômica. Podemos perceber esta questão ainda na fala de Josefa: “tem gente que tudo que produz é para vender, vender, vender... Deus me livre!” (diário de campo do dia 11/03/06).

A crítica da assentada se faz em relação às pessoas que deixaram de ter uma visão mais afetiva da terra e passaram a ter uma noção mercadológica da mesma. A autora Moraes mostra que o simbolismo em torno da terra vai dando, aos poucos, lugar a noção da terra como mercadoria, ou seja, a terra como negócio e renda aos assentados (MORAIS, 2005).

Para os assentados que resistem as parcerias com o agronegócio, o não plantar cana ou outros tipos de monocultura significa, por um lado, resistir de forma simbólica e efetiva às estruturas dominadoras e por outro, respeito às relações criadas ao longo do tempo, das identidades coletivas deste grupo. A antropóloga Alba Zaluar destaca a importância da coesão entre o grupo e as funções das obrigações morais entre os assentados:

“o abandono das obrigações morais tradicionais que regiam as relações interpessoais e sua substituição pelas relações mediatizadas pelo pagamento em dinheiro é que parecem explicar o abandono dessas práticas sociais. De um sistema de reciprocidade regido pelas noções de dívida moral e que fornece um meio de avaliação do prestígio social dos indivíduos, passa-se a ter um outro em que o cálculo de lucros e perdas em termos pecuniários torna-se elemento básico nas transações sociais” (ZALUAR, 1983, p.52).

A quebra destas relações provoca uma relação mediatizada pelo dinheiro ou pelas relações de mercado, substituindo a troca entre vizinhos, indispensável para a manutenção dos envolvidos na terra. Antônio Cândido em *Parceiros do Rio Bonito enfatiza* que a obrigação bilateral é aí elemento integrante da sociabilidade do grupo, que a partir desta relação adquire consciência de unidade e do funcionamento. (CANDIDO, 1971). Estes contatos, portanto, darão sentidas as relações dos assentados com o grupo, sendo que uma vez quebradas as obrigações bilaterais, os laços se enfraquecem e a sociabilidade torna-se cada vez mais fragmentada.

Daí as inúmeras reclamações dos assentados pontuadas na maioria dos questionários aplicados. Em quase todos os questionários a respostas eram muito parecidas. Quando pedíamos para os assentados entrevistados fazerem críticas a respeito da vida no assentamento, ouvíamos com frequência: a falta de união entre os assentados. É importante destacar que esta resposta não é

restrita somente aos assentados que não plantavam cana, mas sim, da grande maioria. Esta situação fez com outros aspectos da vida cotidiana fossem levados em conta, para que compreendêssemos melhor o anseio dos assentados em relação à sociabilidade.

VIII- Vida cotidiana: lazer, religião e poder público.



Foto V- Preparativos da Festa Junina no Bela Vista.



FotoVI- Bolo de Fubá sendo dado aos participantes da festa.



FotoVII crianças dançando quadrilha na Festa Junina do BelaVista.



Foto VIII Família do assentamento Monte Alegre do núcleo IV que promovem a festa Junina e os Rodeios

Entre os espaços estudados e percorridos de sociabilidade destacamos como importantes os das figuras acima, elas nos mostram espaços onde ocorrem as festas que a comunidade participa. Nas fotos V, VI, VII, do assentamento Bela Vista, pudemos representar os 3 períodos marcantes da festa: a preparação, a doação dos alimentos e por último a quadrilha. Já na foto VIII destacamos uma família do núcleo 4 do Monte Alegre que todo ano junta os parentes e amigos para preparar a festa de São João.

Cada ida a campo os aspectos da sociabilidade que pretendíamos compreender melhor, nos fizeram lançar mão a outros elementos que se juntaram à correlação de forças entre assentados e empresas agroindustriais. Esta reação entre os dois grupos envolvidos podia ser percebida e associada aos lugares onde a relação subjetiva de sociabilidade é preponderante. Sobre tudo nos

espaços religiosos, onde acontecem os cultos e nos espaços de lazer comunitário.

Tanto o lazer quanto a religião nos permitiram observar que no assentamento, estes espaços são fatores de aglutinação e de trocas entre os participantes. Nas igrejas mais fervorosas como a Congregação Cristã do Brasil, seus integrantes possuem uma espécie de cooperação mútua que é regida pela ordem de um pastor. Como exemplo desta relação de cooperação mostramos a fala de uma moradora da agrovila do núcleo II do assentamento Monte Alegre, que não possui lote e tem que sustentar 8 pessoas:

“a única associação que tem aqui é a da Congregação Cristã para ajudar as outras pessoas, o material que ganhei para construção da casa foi o pastor que me deu... eu dependo da ajuda deles para dá o que comer para as crianças, a ajuda deles é importante” (fala Maria, diário de campo 2/02/06).

No núcleo II o catolicismo se faz bastante presente na comunidade que se esforçou para construir a capela e promover esporadicamente uma novena, uma reza e até uma festa para a padroeira da capela. O esforço por parte de dona Sônia não tem tamanho quando se trata de ajudar à padroeira da Igreja. A devoção é tamanha que chegou a fazer uma dívida para pagar o piso e a Reforma da Igreja. Na festa ela e as mulheres de sua família vão atrás de tudo, desde doações até a preparação da festa.

Ainda no assentamento Monte Alegre, uma família do Núcleo VI todo ano desde que chegaram ao assentamento promove uma festa Junina em que todos os alimentos são doados por eles mesmos. Rosane diz com muita alegria que a última festa reuniu mais de 4000 pessoas, número que diz ter sido indicado por policiais. Segundo seus relatos, a proporção da festa cresceu tanto que pessoas das cidades vizinhas vêm participar.

A festa é muito enfatizada pelos moradores deste núcleo já que “o lazer é parte integrante da vida cotidiana das pessoas e constitui, sem dúvida, o lado mais agradável e descontraído de sua rotina semanal” (MAGNANI, 1998, p.19). Além disso, pessoas de outros núcleos participam dos acontecimentos, o que tornam possível uma reanimação dos assentados e em relação à sociabilidade comunitária, ainda que este acontecimento não seja anual.

Ainda sobre estes aspectos é preciso salientar que tais acontecimentos não são mais constantes pelo fato de que o padre só está presente nesta localidade quinzenalmente para celebração da missa. Durante sua ausência os fiéis trabalham muito para manter a Igreja conservada, justamente por compreenderem que ele tem que celebrar missa em todos os outros núcleos da Fazenda Monte Alegre e ainda nas cidades mais próximas. Em um registro do caderno de campo do núcleo II do assentamento Monte Alegre foi colocado com muita ênfase esta questão de devoção e carinho dos fiéis:

“Para construir a Igreja ela disse que foi trabalhando e juntando dinheiro para comprar os blocos, para cercar em volta. Disse que fez uma dívida para rebocar o barracão da Igreja. Neste momento percebi o quanto à fé dessa mulher era grande, sem ter dinheiro assume uma dívida sozinha para construção do templo em que ela acredita. O padre vem todo primeiro sábado do mês, e dona Maria é ministra no resto da semana, celebra inclusive as missas. Vai às casas a pé e disse ela que só consegue porque a força de Deus a ajuda. Ela diz que foi chamada para a missão” (Diário de campo 28/3/06).

Nestes espaços, o contato entre os membros se torna mais intenso, os laços mais fortes. No assentamento Bela Vista do Chibarro, onde 15 anos seguidos acontecia também a Festa Junina, que envolvia toda a comunidade, mesmo os de outras religiões, na preparação dos alimentos ou na doação de uma prenda. No último ano, o de 2005, a festa deixou de ser realizada por causa do medo dos organizadores de que houvessem mortes e acirramento da violência no assentamento. Em nossas explorações etnográficas colhemos inúmeros depoimentos que denunciavam a não realização da festa por conta dos acontecimentos recentes como a divisão de grupos de plantadores de cana e não plantadores, descaso por parte de jovens em relação à cultura do assentamento, expressões de violência que se opõem à representação de maior tranquilidade da vida no campo. Tudo isto serve como prova de que a quebra dos laços de solidariedade provocou ainda mais o afastamento nos aspectos sócio culturais das pessoas em relação à vida no assentamento.

Com a falta de espaços para os assentados se ressocializarem é inevitável que as consequências como à desunião sejam um fator preponderante nas falas dos assentados. A esta questão ainda, juntam-se às pressões cada vez mais fortes das grandes empresas agrícolas. Tornando-se difícil manter a unidade nos assentamentos da região e, uma vez perdida ou quebrada as “relações morais tradicionais”, torna-se mais difícil a sua recomposição.

Percebemos ainda que os próprios assentados indicam este problema nos questionários respondidos e indicaram o que poderia ser melhorado sobre estes lugares de sociabilidade comunitária, explicando a responsabilidade do poder público de promover espaços onde os assentados pudessem trocar experiências e contatos. Alguns destes espaços já foram votados em Orçamento Participativo⁸, como a cozinha industrial, além de um espaço de socialização e de troca, o que poderia representar para muitas pessoas, alternativas para aumento de renda familiar.

⁸ O Orçamento Participativo (O.P) é uma instância de participação popular na aplicação do dinheiro público municipal, a aplicação do dinheiro é direcionado para obras direcionadas pela própria comunidade.

Podemos indicar ainda como reivindicação dos assentados: espaços esportivos onde possam ocorrer atividades para os jovens, adultos e terceira idade, uma localidade onde possam fazer festas, comemorações, praças, entre outras.

O papel do poder público em relação à constituição destes espaços se faz ainda mais importante dada à voracidade do agronegócio. Sem apoio do poder público e cercados pelas agroindústrias, os assentados ficam muitas vezes enfraquecidos coletivamente, o que interfere nos espaços de convívio e na diminuição das relações de sociabilidade. Sem alternativas, sem projetos que vão ao encontro das necessidades simbólicas e materiais dos assentados, os consórcios passam a ser uma boa alternativa de sobrevivência nos assentamentos.

IX – Conclusão

Dentre as inúmeras questões que colocamos neste artigo, procuramos, sobretudo, enfatizar a importância das relações sociais na vida nos assentamentos, como as trocas entre vizinhos, à realização do culto e as festas como espaços de trocas de e reciprocidade. Tudo isto para que prevaleça o entendimento de que a partir do conjunto, da união do grupo, da luta comum, é que as reivindicações são ouvidas e as pressões são feitas.

Estes aspectos da vida cotidiana se fazem importantes para que entendamos alguns problemas que se transformam em dilemas relativos ao futuro dessas experiências de assentamentos rurais. Cabe ainda destacar que a sociabilidade nos assentamentos deve também fazer parte de uma agenda pública como exigência do próprio grupo rural, para que os mesmos possam viver com ânimo e lutar pela permanência na terra.

X – Bibliografia

BARONE, L. A. *Revolta Conquista e Solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos*. Dissertação. Unesp FCL Araraquara, 1996.

BRANDÃO, C. R. *O Divino o Santo e a Senhora*. Rio de Janeiro, Campanha de defesa do folclore brasileiro, 1978.

BRANDÃO, C. R. *Os deuses do povo: um estudo sobre religião popular*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

CÁIRES, A.C.R. “*O assentamento Bela Vista em outros tempos: Usina Tamoio-vida, trabalho e lutas*”. Dissertação FCL Unesp de Araraquara, 1993.

CANDIDO, Antônio, *Os parceiros do Rio Bonito*. CIDADE: editora, 1971.

DURKHEIM, H. *Os Pensadores*. São Paulo, Abril cultural, 1973.

FERRANTE, Véra Lúcia S. B.(org.) Nupedor. Retratos de assentamentos. Ano X n9, 2004.

GOMES, T.P. de S. *Um estudo das relações Sociais e Políticas do Assentamento Bela Vista De Araraquara através da Festa Junina*. In: Anais do Simpósio Impasses e Dilemas da Política de Assentamentos, 2005.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo, Editora revista dos Tribunais, 1990.

MAGNANI, José Guilherme Cantor, *Festa no Pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec\ Unesp, 1998.

MAUSS, M. *Ensaio Sobre a Dádiva*. Lisboa, edições 70, 1990.

MORAIS, M.A. *Terra: fonte de desenvolvimento como liberdade*. In: FERRANTE, V.L.S.B.(org.) *Assentamentos Rurais: impasses e dilemas*, 2005.

SIMMEL, Georg, *Sociabilidade, um exemplo de sociologia pura ou formal*. In: SIMMEL, G. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1997.

STETTER, E. A. “*A cana nos assentamentos rurais: presença indigesta ou personagem convidada?*” Dissertação.FCL Unesp de Araraquara, 2000.

ZALUAR, Alba. *Homens de Deus: um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983.